



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n. 27.304
de 15/09/92, a pg. 12
do 2.º caderno

RESOLUÇÃO Nº 3.016

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1992,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 118, 119, PARÁGRAFOS 2º E 3º, E 160 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 016/92, DE 19 DE AGOSTO DE 1992, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DE 21 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO,

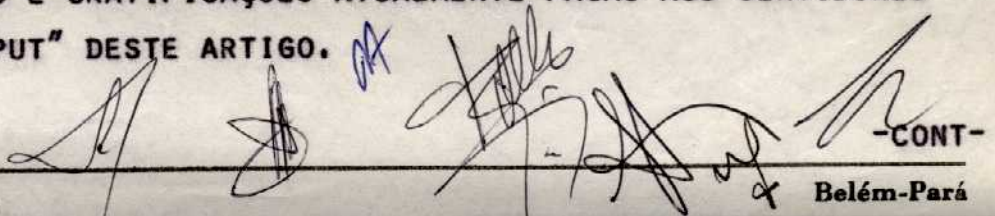
CONSIDERANDO O REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, POR FORÇA DA RESOLUÇÃO Nº 086/92, DO CONSELHO DE POLÍTICA DE CARGOS E SALÁRIOS, HOMOLOGADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº 1047/92,

CONSIDERANDO PROPOSTA APRESENTADA PELA PRESIDÊNCIA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APLICAR AOS CONSELHEIROS, AUDITORES, SECRETÁRIO E SUBSECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, INCLUSIVE AOS INATIVOS, O INTEGRAL TEOR DA RESOLUÇÃO Nº 016/92, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - FICAM MANTIDAS EM SEUS PERCENTUAIS AS REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES ATUALMENTE PAGAS AOS SERVIDORES REFERIDOS NO "CAPUT" DESTE ARTIGO.


-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.016

ARTIGO 2º - Os ENCARGOS DECORRENTES DESTA RESOLUÇÃO CORRERÃO POR CONTA DAS DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DESTA CORTE, PARA O EXERCÍCIO DE 1992.

ARTIGO 3º - A PRESENTE RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, E SEUS EFEITOS FINANCEIROS RETROAGEM A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 1992.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS ' DO ESTADO DO PARÁ, EM 10 DE SETEMBRO DE 1992.

CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO
PRESIDENTE

CONSELHEIRO LECYR RIODEADES

CONSELHEIRO HAROLDO JULIANO DA GAMA

CONSELHEIRO PAULO DOURADO

CONSELHEIRO IRIVALDYR ROCHA

CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ